

REDAÇÃO DF

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Briga agora é na Justiça

Brasília pode votar, já, para eleger os seus representantes políticos no Senado, Câmara Federal e até de vereadores. Partindo dessa premissa o deputado Múcio Athaide está, desde ontem, se mobilizando para contatar políticos e juristas renomados a fim de definir o melhor encaminhamento jurídico para a luta da reconquista de um direito adquirido e cassado na década de 1960.

Depois de constatar na biblioteca do Congresso a existência de um projeto de lei — depois transformado em — do então Presidente Juscelino Kubstcheck datado de 1960, prevendo eleições para vereadores em Brasília; — emendado pelo deputado Oliveira Brito que ampliou — as eleições para senador e deputado federal, em 1961, — Múcio Athaide entende que o quadro de luta pelas eleições no Distrito Federal mudou radicalmente. “Não se trata mais de pedir eleições, mas exigir de volta um direito adquirido pelo brasileiro”, enfatizou.

Briga na justiça

Autor de uma subemenda propondo eleições para senador e deputado federal para Brasília, Múcio Athaide afirma que existe agora um novo caminho a trilhar para se conquistar o direito de voto no Distrito Federal. Ele está estudando as medidas judiciais cabíveis para se marcar eleições em Brasília, já que existe uma lei estabelecendo as eleições políticas na capital.

Segundo o deputado dois argumentos básicos poderão ser usados na justiça: o fato de o brasileiro ter direito adquirido

de voto e de ter sido usurpado desse direito sem qualquer consulta. Com base nessas teorias é possível entrar na justiça com um pedido para se marcar imediatamente as eleições para o Distrito Federal, apesar da lei ter sido suprimida da constituição pelo governo revolucionário em 1967.

Múcio Athaide enfatiza ainda que, caso não se consiga essa vitória na justiça, pelo menos se chegará da aprovação da emenda estabelecendo eleições para o Distrito Federal, pois o Congresso Nacional não poderá negar agora um direito aprovado pela casa há 20 anos.

Desejo antigo

A descoberta da lei de autoria do

Mino Pedrosa



Para Múcio, a saída agora é jurídica

Presidente Juscelino Kubstcheck estabelecendo a Câmara de Vereadores em Brasília vem contribuir para a luta do povo e de alguns parlamentares para eleger representantes políticos no Distrito Federal. Derruba o principal argumento dos opositores às eleições: o de que Brasília foi criada para ser apenas uma cidade administrativa.

O Presidente Juscelino Kubstcheck em fevereiro de 1960, antes de transferir a capital da república para Brasília, enviou ao Congresso Nacional, um projeto de lei criando Câmara de vereadores para a cidade, com 20 cadeiras. A lei que teve o número 3.751 de 13/4/60 no artigo seis, determina que “o poder legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte vereadores eleitos pelo povo por ocasião das eleições para o Congresso Nacional.”

Em junho de 1961 o deputado do PSD Oliveira Brito enviou ao Congresso uma emenda determinando que “competete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, Câmara de Deputados e Câmara do Distrito Federal, e exercer até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal.”

A emenda não passou e ficaram, assim, vagas as cadeiras de parlamentares durante seis anos, até e que em 1967 o governo revolucionário suprimiu da constituição a lei referente a representação política em Brasília.